

# Funcionário reclama da fumaça

Carlos Menandro

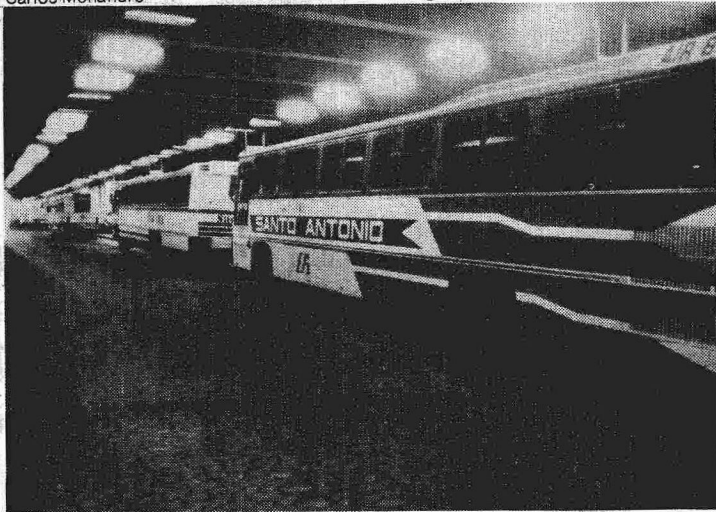
O setor de embarque e desembarque da Rododferroviária de Brasília foi considerado, ontem, por alguns funcionários, como poluente e danificador da saúde, pelo excesso de monóxido de carbono oriundo dos ônibus, que fica concentrado no local.

Com uma média de 14 mil ônibus e 7.000 pessoas que, diariamente, circulam no local, o setor conta com 13 exaustores para minimizar a concentração do gás poluente. O número, no entanto, não parece suficiente para evitar que os olhos dos funcionários que ali trabalham estejam sempre vermelhos e irritados.

Segundo Ana Maria, secretária do setor há 4 anos, o gás realmente incomoda e é objeto de reclamação, de muita gente. Com o que concordou um dos encarregados do local, que não quis se identificar por estar proibido de falar. «Esse gás provoca ardência nos olhos e muita tosse. Estou há um ano trabalhando aqui e já tive problemas de vista por causa da fumaça. Eles dizem que as instalações são provisórias. O projeto inicial era para ser de 5 anos, mas acho que este prazo já venceu».

## **Lauda**

Segundo o superintenden-



## **Exaustores não são suficientes para arejar o local**

te-geral da Rodoviária e Rododferroviária, Ivaldo Diniz, o índice de poluição do setor de embarque e desembarque está muito abaixo do limite de tolerância: «Segundo o laudo de 1984, da Delegacia Regional do Trabalho do DF, a média de poluição do local é de 2,5 PBM, enquanto o limite de tolerância é de 39 PBM, medidas tomadas nos boxes de acostamento dos ônibus».

Disse ainda o superintendente que a fase pior de poluição foi no começo de sua administração, quando

havia 6 exaustores quebrados. «Agora temos os 13 exaustores funcionando regularmente, o que torna irrisório o índice de poluição, conforme constatado pelo laudo», declarou.

Ele informou que o prédio da Rododferroviária pertence à Rede Ferroviária e que foi alugado pelo GDF. «O contrato inicial é de 10 anos, a partir de 1981, quando começamos a funcionar. A sua renovação é uma decisão política e cabe ao Governo do Distrito Federal», concluiu.